

RACISMO CORDIAL DESCONSTRUÍDO: uma leitura pós-positivista do papel da mulher negra no Brasil colonial



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i1.912>

Adriana do Carmo Figueiredo

Mestre em LETRAS pela UFMG

dricafigueiredo@uol.com.br



<https://orcid.org/0000-0001-5653-5731>

Recebido: 07/12/2013 Aceito: 06/07/2013

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo fazer uma leitura do papel social do escravo no Brasil regencial, destacando-se os aspectos feministas da luta da mulher negra contra o cativo e pela manutenção do núcleo familiar formado na colônia. O fio condutor será o livro *Slave Life in Rio de Janeiro 1808 - 1850* (A vida escrava no Rio de Janeiro 1808 – 1850), tese de doutorado da pesquisadora norte-americana Mary Karasch. Ela é apontada por defensores de teorias feministas como aquela que fez o dever de casa de História do Brasil, contrariando o mito propagado por Gilberto Freire de que havia uma relação harmônica entre a casa grande e a senzala, o que propiciava a possibilidade de ascensão social ao escravo brasileiro.

Palavras-chave: construtivismo; feminismo; mulher negra; construção social; relações internacionais.

ABSTRACT:

This article aims to make a reading of the social role of the slave in Brazil regency period, highlighting the feminist aspects of the black women fight against captivity and for the maintenance of the family unit formed in the colony. The common thread is the book *Slave Life in Rio de Janeiro 1808 – 1850*, the doctoral thesis by American researcher Mary Karasch. She is pointed by feminist scholars as the one that did the History of Brazil homework, contrary to the myth propagated by Gilberto Freire work that there was a harmonious relationship between the big house and the slave quarters, which fed the possibility of social mobility to the Brazilian slaves.

Key words: constructivism; feminism; black woman; social construction; international relations.

INTRODUÇÃO

Desde o início da História, período convencionado como aquele em que grupos humanos registraram pela primeira vez, através da escrita, suas atividades, crenças e tradições, porém, mais especificamente, desde que os primeiros filósofos puseram-se a pensar sobre o papel da humanidade no planeta Terra, o gênero feminino enfrenta objeções quanto à sua inserção social. No período clássico das cidades-estados gregas não era diferente.

Na concepção de Aristóteles (BOBBIO, 1983, p. 349), na família encontravam-se as três relações sociais básicas: a autoridade do marido sobre a esposa, do senhor sobre o escravo e a necessidade de procriação de filhos. O homem, dotado de inteligência, é, portanto, aquele que manda; o escravo é naturalmente provido de força física devotada aos interesses do senhor; e a mulher, não tendo inteligência para o mando, só se faz necessária na tarefa reprodutiva.

Durante o processo de constituição do Estado Civil, com as obras de Thomas Hobbes (1993, p. 130 – 137, apud MIGUEL, 2001, pp. 254 – 255) John Locke e Jean-Jacques Rousseau, esta exclusão é institucionalizada. Hobbes vê a mulher como um ser fragilizado pela maternidade, tendo que cuidar da segurança de outro ser indefeso. Assim, nada mais natural que, já submetida à autoridade masculina, tenha seus direitos transferidos ao soberano absoluto a quem o homem/cidadão deve subordinação.

Outro autor contratualista, o inglês John Locke (BOBBIO, 1983) entende a mulher como um ser racional inferior, comparável aos trabalhadores, ambos, portanto, inaptos para a vida pública. A alienação de seus direitos ao homem segue a linha do assalariado que vende sua força de trabalho. Com o Contrato de casamento, a esposa entrega seu destino nas mãos do marido.

Já o francês Jean-Jacques Rousseau (BOBBIO, 1983), reforça o coro ao relegar a competência feminina única e exclusivamente ao ambiente doméstico. Esta limitação da razão da mulher, sendo inata, lhe exclui naturalmente de qualquer círculo onde sejam tomadas decisões morais que exijam maior inteligência (Estado, corporações, associações, etc.).

Tal situação mudou muito pouco depois do advento do Estado-Nação. Mesmo tendo cerrado fileiras com os homens na luta por liberdade, igualdade e fraternidade na Revolução Francesa, a mulher permaneceu alijada de direitos pelo Código Civil de Napoleão, uma das conquistas obtidas pelos revolucionários. A justificativa dos Iluministas (BOBBIO, 1983, p. 616) foi de que um escravo era o incapaz social, mas a mulher era incapaz naturalmente. Admitia-se a possibilidade de mudança de status social ao primeiro, mas o sexo feminino seria incapaz pela própria natureza.

Um outro salto no tempo contempla a mulher negra, nascida no século XIX e peça de comércio da metrópole portuguesa com o Brasil colônia. Neste caso, a situação é ainda mais grave, pois, à exclusão do gênero soma-se a exploração sexual, além da discriminação religiosa e cultural. E é a mulher negra, escrava (VILA; CRUZ, 2010, p. 3) trazida para o Brasil, ou mesmo nascida na colônia, o objeto deste estudo.

Como fio condutor desta luta por inserção da mulher negra na sociedade colonial brasileira este artigo faz uma leitura construtivista da tese de doutorado da pesquisadora norte-americana Mary Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro 1808 – 1850* (Vida Escrava no Rio de Janeiro 1808 – 1850). Rica em números, detalhes e documentos, tal tese, tornada livro, refuta o mito alimentado pelo livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, de que a escravidão no Brasil foi mais amena do que em outras partes do mundo e a comparação mais óbvia é com a escravatura nos EUA.

A novidade inicial da tese da norte-americana é que nem só de casa grande e senzala viveu o comércio escravista no Brasil, já que seus estudos centraram-se na vida escrava em ambiente urbano, mais especificamente o Rio de Janeiro entre os anos de 1808 e 1850. Já a urbanização pregada por outro escritor brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda, não é vista como grande vantagem, pois o Rio de Janeiro do início a meados do século XIX era o maior centro urbano-escravagista das Américas. E a vida do escravo urbano (cerca de 80 mil) não era menos dura do que a do que vivia em ambiente rural.

O Construtivismo, corrente de análise das Relações Internacionais que tira o foco da eterna luta estatal por poder em um mundo anárquico para centrá-lo no indivíduo como ser social, fará a interface interdisciplinar teórica deste artigo. Assim, a Política Externa Brasileira, o Pensamento Social Brasileiro, as Relações Internacionais na América Latina e a Identidade e Cultura nas Relações Internacionais serão abordadas como ferramentas que explicam, em parte, o grande projeto civilizador europeu.

PRIMEIRA PROVIDÊNCIA: sair da sombra do homem

Um bom ponto de partida para este estudo é apresentar a professora norte-americana Mary Karasch como uma mulher cuja obra contraria pensadores da antiguidade clássica, assim como os contratualistas e iluministas¹. Ela não só sai da sombra do mundo masculino como deixa, em prol de uma vida acadêmica, o único ambiente que, segundo Rousseau², é adequado à competência da mulher: o doméstico. E é no círculo acadêmico que Karasch contraria outro contratualista, John Locke³.

¹Thomas Hobbes apresenta em *O Leviatã* teorias de primeira imagem nas Relações Internacionais, em que a sociedade é reflexo da natureza do homem e este é mau por natureza, o que o levaria a delegar seus direitos a um soberano, o Estado, em prol da manutenção do bem maior, a própria vida. Para justificar a exclusão social feminina, Hobbes diz que a maternidade fragiliza a mulher, que passa a ser responsável pela segurança de um outro ser, indefeso. Para garantir a própria vida, mãe e filhos se submetem à autoridade do homem (...) já que o contrato promove a transferência de toda a autoridade para um soberano -, as mulheres não participam, pois já estavam previamente submetidas aos homens” (HOBBS, Thomas. *De cive*, capítulo IX. Petrópolis: Vozes, 1993., p. 130 - 137, apud MIGUEL, 2001, p. 254 – 255).

²Rousseau afirma: “Quando as mulheres forem o que devem ser, elas se limitarão às coisas de sua competência e julgarão sempre bem” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand – Brasil, 1992, apud MIGUEL, 2001, p. 255 – 256). Segundo Miguel (2001), isso equivale a dizer que “a limitação inata da razão e da capacidade de julgamento moral das mulheres torna necessário que elas permaneçam circunscritas ao círculo doméstico” (MIGUEL, Luis Felipe, 2001, p. 255 – 256).

³Segundo Locke, “através do contrato de casamento, as mulheres alienam os seus direitos, da mesma forma que os assalariados o fazem com o contrato de trabalho. Mas esta alienação contratual já é o resultado de uma racionalidade inferior, que tornava ambos, mulheres e trabalhadores, inaptos para a participação na vida pública” (Ver MACPHERSON, 1962; e PATEMAN, 1993, apud MIGUEL, Luis Felipe, 2001, p. 255 – 256).

Ao realizar o trabalho de pesquisa que resultaria em sua tese de doutorado, em 1969, publicada em livro em inglês em 1972 e só lançada traduzida no Brasil em 1987, Karasch assume o escravo negro como agente da própria história, contrariando o mito Gilberto Freireiano da absorção passiva. Gilberto Freiretrabalha em Casa Grande e Senzala com a ideia de que a miscigenação no Brasil colônia foi um processo de democratização racial, que permitiu a aproximação da casa grande e da senzala e deu ao mestiço possibilidades de ascensão social (1930). Foi a história pregressa de Portugal com os mouros que deu ao português a necessária adaptabilidade à convivência e à miscigenação no ambiente rural e patriarcal⁴ brasileiro (1930).

No entanto, onde a sociologia e antropologia de Gilberto Freire veem o intercurso sexual entre patriarcas e mucamas como adaptação consensual a uma nova realidade (1930), a visão construtivista⁵ de Mary Karasch⁶ aponta para o estupro e a violência psíquica. Sem contar que a autora retira o foco do ambiente rural com seu pioneiro estudo da vida do escravo em ambiente urbano, mais especificamente o Rio de Janeiro, capital do Império.

Para estudar a vida escrava no Rio de Janeiro do século XIX, a maior metrópole negra das Américas, a autora norte-americana não se detém diante do senso comum que dizia que, em 1890, Rui Barbosa, enquanto Ministro da Fazenda do Brasil, havia mandado queimar todos os documentos sobre o período escravagista. Na verdade, Barbosa destruiu documentos tributários que poderiam dar aos escravocratas amparo legal no pedido de indenização pela perda de escravos (KARASCH, 1987). Com esta informação, a pesquisadora buscou outras fontes, tais como registros da Santa Casa de Misericórdia, para onde eram mandados escravos à beira da morte, como forma de se evitar despesas funerárias. “A Santa Casa registrava idade, de onde tinham vindo e a causa da morte” (LEITÃO, 2011).

O Construtivismo em Mary Karasch encontra-se ainda na opção pela metodologia⁷ de pesquisa. Vicejava no campo de estudos sobre a escravidão, por volta de 1930, o “ensaísmo sociológico” de autores como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior (SOARES, 2001, p. 421). A estes autores, Mary Karasch pôs 20 anos de pesquisa de campo, em que coletou relatos de viajantes, documentos policiais, registros e casos jurídicos e testamentários, petições de escravos contra tratamento desumano e teses médicas do século XIX. Também se deu crédito ao folclore e à cultura material contemporânea, história da arte e tradições religiosas (PIMENTA, 2001). Um exemplo da metodologia inovadora (para o período) de Karasch é citado por Pimenta (2001):

Os termos genéricos que identificavam os africanos no Rio são organizados em tabelas, explicitando-se todos os detalhes e nuances das categorias contemporâneas — o que é muito útil para o leitor não especialista em escravidão. Além disso, são percorridos os caminhos traçados pelo tráfico, para se chegar às possíveis etnias às quais pertenciam os escravos africanos, mostrando-se, em seguida, como eles e seus descendentes se definiram e se agruparam como nações no Rio (PIMENTA, 2001, p. 460).

Mary Karasch insere-se, na visão deste artigo, na terceira geração de brasilianistas. A primeira, representada por Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior (1930 a 1950), trouxe a ideia amplamente difundida do racismo cordial, da miscigenação e do patriarcado leniente. Num segundo momento, estudos ainda na década de 1950, ligados ao Projeto Unesco, buscavam entender as relações raciais contemporâneas no Brasil, porém ainda apontando os escravos como “vítimas passivas do sistema” (PIMENTA, 2001, p. 460). Mary Karasch, no livro *A vida escrava no Rio de Janeiro 1808 – 1850*, dá ao escravo o papel de sujeito da própria história, cons-

⁴Pela visão feminista das teorias pós-positivistas das Relações Internacionais, “o patriarcado pode ser definido como forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, em que há predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, etc. O patriarcado representa o poder histórico dos homens sobre as mulheres.” (FIGUEIREDO, 2012).

⁵O Construtivismo provê um quadro de visão do mundo num modo fundamentalmente diferente daquele oferecido pela corrente literatura de Relações Internacionais. Em vez de introduzir um vocabulário de Estados, balanças (ou equilíbrio) de poder, anarquias, e outros termos de RI, o Construtivismo começa sua primeira lição de Relações Internacionais com uma análise de discursos de ação, regras, práticas, agentes, ações e arranjos sociais (KOWERT; KUBÁLKOVÁ; ONUF. *International Relations in a Constructed World*, 1998, preface). Editado por Venduka Kubalková, Nicholas Onuf e Paul Kowert. M.E. Sharpe. Armonk, New York; London, England. 1998.

⁶Embora seja importante destacar que os autores aqui abordados escreveram em épocas diferentes (Freire, terminou sua obra em 1930; e Karasch, em 1972), ambos focalizam o mesmo contexto histórico, tirando diferentes conclusões.

⁷Onuf propôs o Construtivismo como um suporte para a teoria social (...) O Construtivismo efetivamente deixa a epistemologia (como sabemos o que sabemos?) para os filósofos, e leva a linguística de volta à ontologia (o que sabemos?) (ONU, 1989, 36 – 43, apud KOWERT; KUBÁLKOVÁ; ONUF, 1998, p. 19). Assim, Mary Karasch opta pelo cientificismo da metodologia explorando “a relevância do Construtivismo para a pesquisa empírica e oferece novos modos de conceber matéria-chave da política internacional contemporânea” (KOWERT; KUBÁLKOVÁ; ONUF, 1998, p. 21).

truindo dentro das difíceis condições do cativo uma cultura afro-carioca própria. O Cemitério dos Pretos Novos⁸, no Cais do Valongo, Rua da Gamboa, centro do Rio de Janeiro, comprova de forma triste as observações da norte-americana que fez o dever de casa de História do Brasil.

O lugar onde milhares de corpos e pedaços de corpos de escravos eram jogados insepultos faz parte dos relatos de viajantes colhidos por Mary Karasch. Contudo, a comprovação da veracidade dos relatos só veio à tona em 1996, quando da escavação para reforma da casa número 36 da Rua Pedro Ernesto, no bairro da Gamboa, centro do Rio de Janeiro. A Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz)⁹ analisou isótopos de estrôncio¹⁰ para descobrir o solo de origem daqueles corpos. Pesquisas arqueológicas em artefatos e arcadas dentárias reconhecem a imensa variedade de etnias vindas para o Rio de Janeiro. Dos cerca de 3 milhões e meio que adentraram o Brasil, 1 milhão foram para o Rio de Janeiro, entrando pelo Cais do Valongo. Aproximadamente 200 mil escravos novos pereceram na viagem ou logo após a chegada, antes, portanto, de virar peça de trabalho na colônia (KARASCH, 1987).

IDENTIDADE E CULTURA AFRO-CARIOCA

Mary Karasch (1987) estudou a vida dos escravos na primeira metade do século XIX, e constatou que o Rio de Janeiro tinha a maior população escrava urbana das Américas. As pessoas que visitavam o Rio podiam ver o quanto a “cor negra” dominava a cidade. A historiadora demonstrou em sua obra a servidão e a resistência em um ambiente “civilizado”, a capital do Império brasileiro, onde os escravos não moravam em senzalas e sim longe de seus senhores; não trabalhavam em engenhos e plantações e sim em um ambiente urbano; e não se refugiavam em quilombos, eles jogavam capoeira nas praças, e se preocupavam em comprar a sua alforria. No entanto, o ambiente não era de harmonia. Os escravos sofriam torturas e repressões de liberdade típicas das guerras.

Como bem demonstram os estudos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), entidade vinculada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, procedimentos utilizados em eventos bélicos, como humilhar, amarrar, alimentar precariamente, separar familiares e conhecidos, estuprar, coagir moral, física e emocionalmente e outros modos de aviltar os vencidos, foram repetidos com os escravos e ainda são práticas comuns no mundo contemporâneo (BEERLI, 2010). O batismo em Igreja Católica, a imposição de nomes cristãos e a proibição da prática de cultos religiosos, rituais e danças da cultura africana também foram tentativas de desconstrução da identidade dos cativos.

Todavia, não obstante toda essa repressão, os africanos obtiveram êxito em preservar hábitos, costumes e aspectos de suas diferentes culturas, por meio da culinária, dos dialetos e códigos escondidos em danças, músicas e canções. O modo de se vestir e o preparo de alimentos dentro das possibilidades de ingredientes ao alcance das mulheres negras é outro aspecto de resistência cultural. Dentre o legado dessa história de resistência às tentativas de aculturação destacam-se o vocabulário doce e usado no diminutivo pelas mucamas e amas de leite com as crianças brancas, bem como palavras como quilombo, dendê, quiabo e moleque.

No que diz respeito a hábitos e costumes, os negros legaram ao mundo a capoeira (SOARES, 2001, p. 25), uma forma de arte marcial disfarçada em alegre dança e gingado, o candomblé e a umbanda, maneiras de se preservar hábitos e crenças religiosas usando do sincretismo para adaptar a adoração aos orixás à cultura cristã de culto aos santos. E, no campo da culinária, foram surgindo alimentos como o vatapá, o cuscuz e o acarajé.

⁸Principal porta de entrada de escravos no Rio de Janeiro e de lá distribuídos para o resto do Império, estima-se, com base no livro de Karasch, que o Valongo tenha recebido cerca de 1 milhão de escravos. Os saudáveis seguiam para amostragem no comércio, os mortos e os irremediavelmente doentes tinham os ossos dos corpos quebrados para caberem no espaço exíguo que lhes era reservado, além de serem queimados. Era o sepultamento “à flor da terra”, conforme relata o historiador Cláudio de Paula Honorato. Apenas no espaço de uma casa colonial carioca, na Rua Pedro Ernesto, foram encontrados restos de ossos que somariam o total já comprovado de 6122 corpos, sepultados somente entre 1824 e 1830. Eram chamados “pretos novos” porque nunca tiveram dono, eram peças novas jamais usadas.

⁹Oswaldo Cruz (1872 – 1917) foi médico sanitário brasileiro nascido em São Luís do Paraitinga, fundador da medicina experimental brasileira e que obteve reconhecimento mundial como sanitário pelo fato de ter conseguido erradicar as febres amarela e bulbônica e a varíola na então capital federal, Rio de Janeiro, durante o governo de Francisco Alves, e lutando contra as pressões do General Silvestre Travassos e do então senador Rui Barbosa (PORTAL, 2012).

¹⁰Desde a década de 1990, as razões isotópicas de estrôncio de remanescentes dentários e esqueléticos têm sido usadas em pesquisas bioarqueológicas com o objetivo de estudar a mobilidade humana no passado. A partir da relação entre a composição isotópica desses remanescentes humanos e de rochas de uma dada região, é possível distinguir indivíduos que cresceram e morreram em uma mesma região daqueles que cresceram e passaram a viver em uma área com características geológicas distintas (BENTLEY et al., 2004 apud BASTOS, 2009, p. 10).

Neste sentido, uma cultura afro-carioca foi sendo construída como forma de resistência à escravidão e esta resistência está diretamente ligada tanto às especificidades do ambiente escravocrata urbano (que permitia uma maior mobilidade do que o ambiente rural) quanto ao papel da mulher negra, que não deixou de lado sua cultura, suas crenças, a culinária, as canções e a esperança. As negras de ganho (GENESTRA, 2011, pp. 01 – 11) estavam por toda parte: vendendo doces e escondendo dinheiro sob o tabuleiro; ajudando fugitivos; roubando comida dos senhores; aprendendo a língua e os modos dos amos, mas comunicando-se secretamente com seus conterrâneos nos dialetos de suas origens.

Como ao Rio de Janeiro do século XIX acorriam muitos negros fugitivos (contrariando o entendimento de que só se fugia para o interior e para os quilombos), a escrava de ganho, aquela negra que possuía uma maior liberdade de ir e vir, é que foi a protagonista da história de resistência negra e de construção de uma nova identidade em território estranho. Era esta mulher a quem se procurava nos momentos de maior dificuldade, pois ela tinha coragem de recusar o sexo ao senhorzinho, de financiar a liberdade e dar cobertura aos fugitivos, de envenenar a comida da família branca e até mesmo de não tratar de doenças como bicho-de-pé, para ficar imprestável para o trabalho, numa resistência muda e cruel à identidade que tentavam lhe impingir por meio do cativo (PAIXÃO; GOMES, 2008).

Karasch (1987) revela com seus estudos o que o Construtivismo afirma há tempos: o indivíduo é capaz de construir a própria história dentro das Relações Internacionais, independente das concepções estatocêntricas, monolíticas e limitadoras das teorias tradicionais. Tendo como campo de estudo não só a História (com h maiúsculo), mas também estudos de gênero, a autora contraria nossos brasilianistas ao identificar no ambiente de escravidão urbana do Rio de Janeiro traços da construção de uma identidade afro-carioca.

Esta resistência das mulheres negras ao cativo tinha início já nos navios negreiros. Reconstituições mais recorrentes do interior dos “tumbeiros”, nome pelo qual ficaram conhecidas as embarcações devido à insalubridade, condições desumanas e o alto índice de mortes (comprovadas pela descoberta do Cemitério dos Pretos Novos, aqueles que morreram sem terem sido comprados por um senhor), mostram homens, mulheres e crianças juntas. Porém, a obra de Mary Karasch (1987) aponta que, na medida do possível, os capatazes separavam mulheres e homens, pois as primeiras incitavam os homens ao motim. Além disso, criaram-se instrumentos de tortura exclusivos para mulheres negras grávidas, para que não perdessem “a peça” de comércio que tinham no ventre. Justifica-se tamanha crueldade contra quem não tem alma, cultura, história, passado ou perspectivas de futuro, ou o tamanho da punição refletiria o medo de quem pune? A história mostra que, em geral, se castiga aqueles que constituem ameaça, para que outros não lhes sigam o exemplo.

FEMINISMO NEGRO: o papel da mulher, da senzala aos dias atuais

A partir da obra “Casa grande e senzala” de Gilberto Freire, propomos traçar um paralelo entre a dita cordialidade com a qual se davam as relações sociais de raça e gênero¹¹ entre brancos e negros do período escravocrata até os dias atuais, entendendo deste modo como o fenômeno da discriminação de raça e gênero caminham juntas e se preservam com o passar do tempo. Para tal, se faz relevante a abordagem do grande trabalho desenvolvido pela pesquisadora brasilianista norte-americana Mary Karasch (1987) em *A vida dos Escravos no Brasil 1808 - 1850*, onde dentre tantas descobertas e contribuições, pode se destacar em nosso estudo a desmistificação do papel da mulher escrava no Brasil e as consequências nefastas à inclusão da mulher negra na so-

¹¹Por gênero entendem-se todas as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades, e até mesmo o caráter que se exigiu que as mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres (GARCIA, 2001, p. 19).

cidade brasileira em sua plenitude até os dias atuais. Propomos também apresentar um estudo feminista a partir de outra perspectiva, não apenas de gênero mas também do ponto de vista racial.

A priori, se faz necessário dar conhecimento ao relevante papel da mulher escrava na luta pela sobrevivência e manutenção do seu grupo social em tempos difíceis, pois a partir destes fatos históricos ricamente estudados por Mary Karasch (1987) é possível compreender a consequência destes no desenvolvimento de uma cultura racista tipicamente brasileira. À mulher na condição de escrava cabia, via de regra, funções domésticas. Desde as mucamas até as cozinheiras e amas de leite, presentes na vida doméstica da sede, todas as mulheres negras eram vulneráveis à violência sexual do homem branco, porque, dentro do casamento as condutas impostas pela moral conservadora e pela igreja limitavam a vida íntima e conjugal das mulheres brancas de família. Então, à mulher negra cabia com frequência o papel de satisfazer o seu dono, a iniciação sexual do “senhorzinho” e quando não, explorada por outros escravos e terceiros como uma “negra de ganho”, seja pela exploração de seus dotes de quitanda com a venda de quitutes no comércio de rua ou por meio da prostituição.

A violência sexual a qual as escravas eram submetidas partia do princípio do qual a luxúria e a sedução eram comportamentos inerentes à mulher negra (PAIXÃO; GOMES, 2008). Pelo motivo exposto, era vedado o ingresso das mesmas em conventos e irmandades religiosas. A associação da mulher negra ao erotismo e à permissividade sexual (como na associação entre a mulata e o carnaval), e seu uso como objeto, é uma cicatriz dolorosa de raízes profundas, que ainda hoje remetem às origens da escravidão no Brasil. O serviço doméstico e outras categorias de subemprego, como herança do período, são alternativas relegadas a estas mulheres de “cor”, que pelo círculo vicioso da falta de oportunidades e dificuldade de acesso à educação, não encontram melhores opções no mercado de trabalho. A desestruturação do ambiente familiar é parte relevante deste processo. Os filhos de uma mulher negra solteira, muitas vezes vitimada pelo seu estereótipo sexual, lidam não raramente, com a ausência da figura materna ou paterna, ficando entregues à própria sorte, replicando o mesmo ciclo de desestruturação social de seus antepassados escravos a seus descendentes.

Hoje, por parte da academia e de pesquisadores do tema, tem-se a convicção do equívoco quanto à maneira positiva (leniente) com que se interpretava a suposta afetividade entre senhor e escrava. Esta linha de pensamento caracterizada na obra de Gilberto Freire, não resiste à visão feminista, onde a relação “afetiva” não passava de violência, coação e estupro, sendo este um comportamento rotineiro aprovado pela sociedade da época. Contudo, a condição de exploração não foi um fator limitador do papel da escrava. Mesmo em ambiente tão adverso, a mulher negra africana ou mesmo aquela que nasceu no cativo em terras brasileiras, encontrou formas de lutar em prol da liberdade e da defesa de sua dignidade (PAIXÃO; GOMES).

A mulher negra, segundo a pesquisadora Mary Karasch (1987), se utilizava de inúmeros subterfúgios para se defender. A recusa ao trabalho, o infanticídio cometido pelas reprodutoras ou parideiras, e mesmo o risco de envenenamento pelas cozinheiras, eram práticas temidas pelos senhores. As escravas, também como matriarcas, possuíam papel relevante na sustentação das bases desta comunidade, a exemplo das quitandeiras, e demais negras que trabalhavam com o comércio de rua como “negras de ganho” por conta própria ou a mando do senhor, afim de honrar de comprar sua alforria. Eram poucos os escravos à época que tinham ao alcance uma chance para a conquista de sua liberdade, em maior número os escravos urbanos, que vislumbravam maiores oportunidades devido a uma grande oferta de trabalhos autônomos.

De acordo com testamentos, certidões de óbito e outros documentos pesquisados pela historiadora norte-americana, é possível observar, com riqueza de detalhes, a inserção econômica de negras forras, matriarcas que zelavam pela família e pelo seu círculo social. As cartas, relatos de viajantes, documentos de cartório e testamentos mostram a preocupação com a qual as negras que alcançavam a liberdade repartiam seus bens, que variavam de moinhos, ferramentas para produção de mandioca, poupança e mesmo escravos de sua posse. Elas dividiam tais bens entre pessoas de confiança, bem como entre irmandades ou igrejas, pelo pagamento de missas em intenção de sua alma (PAIXÃO; GOMES, 2008). Tais dados coletados mostram, mesmo que através de um pequeno recorte, a relevância das negras forras na conquista da dignidade e na sustentação de seu círculo de afeto e convivência.

Outro dado relevante apresentado por Mary Karasch (1987), porém sobre o qual ainda não há uma justificativa, é o fato de as escravas receberem as penas mais duras pelo mesmo crime cometido por um homem. O número de escravas açoitadas no ano de 1826, de acordo com estes mesmos dados levantados por Karasch, era muito superior ao de escravos homens, bem como a quantidade de açoites aplicados pelas casas de correção ou

calabouços. Entende-se que um rigor maior era aplicado contra quem representava maior ameaça ao sistema econômico-social. Daí a necessidade de rever a história (versão) contada pelo Pensamento Social Brasileiro. Quanto às taxas de mortalidade, os dados revelam um fato surpreendente: o número de escravas enterradas pela Santa Casa de Misericórdia eram elevados em praticamente todas as faixas etárias, sendo maior, no entanto entre 10 e 19 anos, o que a autora atribui à complicações no parto de garotas, muitas vezes torturadas por seus senhores, como razão principal do elevado índice de morte tão prematura.

O que se verifica é uma tendência secular do sistema prisional brasileiro, cuja população carcerária é majoritariamente formada por negros. Apesar de serem minoria, as mulheres sofrem com maior intensidade os efeitos deste sistema legal, além de serem moralmente culpadas pela família e sociedade. Outro recorte a ser feito a partir destes dados, refere-se à violência doméstica, vitimando em grande escala, mulheres negras nas periferias, mulheres estas, relegadas a uma condição de baixa instrução educacional e dependência econômica do cônjuge.

Os desafios levantados no tocante à condição da mulher negra no Brasil e suas raízes históricas também são inerentes aos círculos acadêmicos e não escapam nem mesmo da construção do movimento feminista. O movimento feminista como instrumento de luta contra as práticas sexistas, discriminação de gênero, debates, teses acadêmicas, historicamente relegou a mulher negra a um segundo plano, na medida em que ignorou o debate acerca dos direitos civis e da inclusão social, focando exclusivamente na questão de gênero. De acordo com Prazeres (2010, p.9), o feminismo só surgiu como movimento devido em grande parte a uma cultura elitista onde mulheres esclarecidas, do seio de grandes universidades e de altas rodas, discutiam à luz da Sociologia e a partir de uma perspectiva eurocêntrica, a condição da mulher na sociedade.

Todavia para que estas mulheres deixassem o ambiente doméstico e exprimissem sua indignação, se fez necessário mais uma vez a colaboração da mulher negra, babá, doméstica, camareira, cozinheira, sem a qual a mulher branca sobrecarregada de atribuições com o seu ambiente doméstico, jamais poderia lidar. Durante décadas, a mulher negra, quando muito, fez parte destes artigos acadêmicos como mero objeto de estudo, dados estatísticos, mas não como partícipe dotada de qualquer influência nos estudos do tema. Com melhores condições socioeconômicas, a luta pela liberdade feminina da mulher branca contribuiu para a manutenção das condições de inferioridade e destituição de direitos fundamentais de mulheres (negras, mulatas, pardas e descendentes de escravos) que carregam a herança de um passado remoto, mas de consequências muito atuais.

RIO DE JANEIRO, BRASIL, AMÉRICA LATINA:

Por que a história da escravidão importa ao Sistema Internacional?

Ao propor uma análise da presença da mulher negra na sociedade escravista brasileira do século XIX, nossa intenção, enquanto estudantes de Relações Internacionais, é buscar entender o papel apontado pela sociedade a dois grupos étnicos (o branco europeu e o negro africano) na elaboração da identidade nacional. Por isso, analisamos este processo, diretamente ligado ao grande projeto civilizador europeu pelo prisma da disciplina Identidade e Cultura nas Relações Internacionais, onde a cultura é vista como instrumento de dominação através de dados antropológicos devidamente desvirtuados para este fim. Neste caso, o grande projeto civilizador europeu e suas justificativas de superioridade racial, moral e biológica.

Aplicando uma visão Pós-Positivista ao tema, em especial, fazendo uma leitura pelo viés feminista, constatamos que a sociedade patriarcal¹² brasileira tem início ainda

¹²Pela visão feminista das teorias pós-positivistas das Relações Internacionais, “o patriarcado pode ser definido como forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, em que há predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, etc. O patriarcado representa o poder histórico dos homens sobre as mulheres.” (FIGUEIREDO, 2012).

em Portugal, que traz seus costumes, mazelas e comportamentos para a colônia. A lente sexista aplicada à mulher escrava negra a força à submissão (sexual ao amo, ao senhorzinho, ao cliente da prostituta); à subordinação ao branco europeu (homem ou mulher); à exploração (tanto dos serviços domésticos quanto externos como negra de ganho ou mesmo de seus favores sexuais na iniciação de senhorzinhos, além da satisfação sexual de senhores, insatisfeitos com suas sinhás brancas, cristãs e recatadas); esta ideologia aplicada no Brasil Colônia não é nova, mas se perpetua, em especial entre os pobres, negros, mulheres, analfabetos e demais despossuídos, denominados minorias.

Outra associação é feita com o Pensamento Social Brasileiro, uma vez que autores nacionais como Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda têm suas obras apontadas como essenciais para o entendimento da colonização portuguesa, da vocação brasileira para as relações patriarcais e, especialmente, para a propagação do mito do racismo cordial. Para confrontar tais autores, escolhemos a tese de doutorado da pesquisadora norte-americana Mary Karasch, que não só tira o foco do ambiente rural da casa grande e senzala, como atribui importante papel à mulher negra na luta contra a escravidão e pela manutenção da família negra na colônia.

Por ser especialista em América Latina, torna-se natural a associação do trabalho de Mary Karasch também com a disciplina Relações Internacionais na América Latina, palco onde desfilam os personagens de nosso estudo. Apesar de não citados no texto, os libertadores da América fazem parte deste contexto, assim como o Grande Corso, Napoleão Bonaparte. Não fosse pelas Guerras Napoleônicas, a tentativa de imposição de um Bloqueio Continental à rival Inglaterra, a ameaça à coroa portuguesa, que debanda para o Brasil, e o aprisionamento do rei da Espanha, a história das Relações Internacionais na América Latina poderia ter sido bem diferente (VEIGA, 2012). Além disso, o alvoroço promovido por Napoleão em seu afã conquistador na Europa é, reconhecidamente, um dos fatores que precipitaram as lutas por independência na América Latina. Sem falar no exemplo das 13 colônias do norte, influenciadas pelos ideais iluministas.

No entanto, se havia algo de comum neste ambiente regional era a presença do negro africano, inferiorizado tanto nas colônias espanholas, francesas e inglesas, quanto do lado português das Américas. O negro participou das lutas, mas em nenhum dos processos emancipatórios herdou os direitos sociais, econômicos, políticos e de cidadania em geral pelo qual ajudou *criollos* do lado espanhol e colonos brasileiros, mestiços ou não (MIGNOLO, 2007). Se as lutas pela independência das colônias nas Américas não colocaram o negro como importante ator das Relações Internacionais e a mulher negra como militante pela liberdade e pelos direitos femininos, o que será capaz de fazê-lo? Um decreto surgido da boa vontade dos neo-colonizadores? Ainda buscamos respostas, porém, sigamos em frente.

Como não poderia deixar de ser, a Análise de Política Externa entra nesse estudo interdisciplinar tanto por sua variável dependente (a própria APE) quanto por suas variáveis independentes - questões econômicas, pressões de grupos internos e externos, conjuntura, estrutura do Sistema Internacional e como estes e outros fatores afetam o tomador de decisão e suas crenças - (HERZ, 1993, pp. 1 - 15). Afinal, sabe-se que o tráfico negreiro era a atividade mais lucrativa do período colonial. Não era o Pau-Brasil, a cana-de-açúcar, o café, mas a “peça” de trabalho essencial para estas culturas: o negro. E foi o interesse econômico, Inglês, em especial, que levou à extinção do tráfico, mesmo contra a vontade dos colonos brasileiros.

A Inglaterra, sob cuja tutela o Brasil encontrava-se em substituição à questionada e enfraquecida coroa portuguesa, queria consumidores para suas manufaturas. Escravos não ganham salário, logo não seriam de muita valia no sistema industrial que se prenunciava. Já os Estados Unidos acordava para a revelação do Destino Manifesto, sua vocação cristã para a liderança dos povos menos capacitados da América. A América seria para os americanos (do norte, é claro).

CONCLUSÃO

Em termos estruturais, o mundo visto pelo estudo de Mary Karasch (entre 1808 e 1850) era anárquico como sempre fora. Napoleão não chegou a alcançar a hegemonia, como nenhum outro conquistador alcançou antes ou depois dele. E após sua derrota definitiva, a Santa Aliança e o Congresso de Viena vieram cuidar para que um novo pretendente a hegêmona não surgisse tão cedo. O Concerto Europeu enfrentou duras provas no século seguinte (duas Grandes Guerras Mundiais, e as mudanças geopolíticas que acarretaram), mas pode-se dizer que ao

final cumpriu seu papel. Ao menos em teoria, o Sistema Internacional não reconhece nenhuma hegemonia mundial.

Em termos conjunturais, a política externa brasileira via-se às voltas com pressões de grupos internos de colonos escravocratas, que não viam outra forma de sustentar seus latifúndios, privilégios e riquezas sem a mão-de-obra escrava. Havia pressões internas, para se manter o tráfico, e externas, fortes tanto política quanto militarmente, para forçar o Brasil até a abolição. Os tomadores de decisão brasileiros não tiveram muita escolha: as canhoneiras inglesas, a pressão do advento industrial, a nova configuração da Divisão Internacional do Trabalho (voltada para a procura de mercados fornecedores de matéria-prima e consumidores), a falta de avanço social das guerras por independência (que levou as elites internas a repetir o modelo imperialista) bem como os ventos republicanos que começavam a soprar, não deixaram muito para a subjetividade, a experiência pessoal, o tino político ou a influência pessoal deste ou daquele tomador de decisão, como manda a cartilha da boa Análise de Política Externa.

A construção deste trabalho (para usar um termo pós-positivista) deu-se em vários contextos caros às Relações Internacionais: local (o ambiente escravocrata urbano do Rio de Janeiro versus o ambiente rural da casa grande e da senzala) e do Brasil enquanto parte do sistema escravista internacional; regional, quando se refere às lutas pela independência na América Latina; e mundial, quando focaliza Portugal, Brasil, Inglaterra, França, Espanha, Estados Unidos e as novas independências da América como diretamente interessados no quintal uns dos outros. Assim, o anárquico Sistema Internacional foi representado por soberanias que tentavam prevalecer contra os interesses econômicos e contra as lutas pessoais, regionais e estatais por independência.

A interface escolhida para a construção deste amálgama foi justamente o Construtivismo (disciplina, ramo, teoria das Relações Internacionais?). Ainda há dúvidas quanto a melhor definição. A Análise de Política Externa diz que o Construtivismo é disciplina, não uma nova teoria de Relações Internacionais. Já os pensadores construtivistas, destaque para Nicholas Onuf, cujos pensamentos foram apropriados para este estudo, confrontam diretamente as teorias tradicionalistas de poder monolítico estatal das RI'S.

Assim, identificamos em Mary Karasch (1987) e em sua tese de doutorado, *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850*, elementos do feminismo pós-positivista suficientes para confrontar o Pensamento Social Brasileiro de Gilberto Freire, sua visão romântica da miscigenação no Brasil, a ideia de uma sociedade predominantemente rural e onde a escravidão era até tolerável, menos violenta ou mais amena que em outras partes do mundo. Por isso, o Construtivismo foi a ferramenta que permitiu ver a mulher negra escrava como protagonista da própria história em detrimento de uma visão mais tradicionalista das Relações Internacionais. Mantém-se a importância dos nossos brasilianistas, principalmente quando explicam a formação do povo brasileiro como diretamente ligada à matriz colonial portuguesa. No entanto, destroem-se alguns mitos, dentre os quais o do papel submisso e passivo, tanto do negro quanto da negra, na construção de sua história enquanto seres humanos e indivíduos interessados nas Relações Internacionais.

Se assim não fosse, não teria sido possível concordar com a tese da construção de uma identidade afro-carioca com papel relevante da escrava de ganho vinda da África Centro-Occidental. Como se isso não bastasse, há a recente descoberta do Cais do Valongo, no centro do Rio de Janeiro, e que valida todos os dados extensamente coletados e estudados pela historiadora norte-americana. Sem contar a comprovação científica de suas pesquisas por meio dos testes com isótopos de estrôncio¹³. O que os

¹³Disciplinas das Relações Internacionais, como Teorias de Segurança e Metodologia, explicam que uma proposição só pode ser considerada científica se traz em si elementos que permitam o seu falseamento. Quer dizer: a tese verdadeiramente científica, como é o caso das proposições do doutorado de Mary Karasch, deve permitir confrontações de outras teorias para testar sua veracidade. Não bastassem os inúmeros autores filiados ao hard core (núcleo duro) do pensamento de Karasch, tem-se a comprovação científica de sua tese via testes com isótopos de estrôncio.

viajantes contaram nas cartas, ignoradas por diversos brasilianistas, mas que Mary Karasch assumiu como sendo relevante e digno de estudo, era mesmo verdade: pontos específicos da África cederam escravos ao Brasil, conforme as necessidades técnicas de cada região.

É de se estranhar que uma pesquisadora de tamanha importância para a história do Brasil, das Américas e para as Relações Internacionais seja tão pouco conhecida de nossos mestres. Nossa biblioteca não tem o livro aqui mencionado. A autora era desconhecida de vários de nossos professores, mesmo tendo dado aula na Universidade de Brasília (entre 1977 e 1978), na Universidade Federal de Goiás (1993) e ser editora associada para o Brasil, participando dos 5 volumes da Enciclopédia de História Latino Americana.

Mary Karasch é titular da Cadeira de História do Brasil e da América Latina na Universidade de Oakland (onde é professora emérita desde 1970). Atualmente, faz parte do Grupo de Estudos do Sertão, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – Goiás). Talvez boa parte do que apresentamos neste trabalho não seja novidade, mas já foi um dia, graças à Mary Karasch e àqueles que a mencionam em seus trabalhos. Seu estudo lança uma nova luz sobre o pensamento social no Brasil, na América Latina e sobre as Relações Internacionais, além da construção política, social e econômica do Sistema Internacional.

Se, para o Construtivismo, o indivíduo é mais relevante no Sistema Internacional do que as questões tradicionais de disputa de poder entre Estados monolíticos em suas ações, nada mais natural do que entender a necessidade de afirmação individual das pessoas no mundo. A Análise de Política Externa enfatiza isso e diz que as experiências pessoais, o background (a formação profissional e pessoal), as crenças e incertezas e o ambiente onde o tomador de decisão circula importam para a política externa. E mais: há a influência de grupos de pressão interna e externa, da sociedade local, da sociedade internacional e de cidadãos como um todo.

Mas não só o tomador de decisão (aquele que faz parte das elites do poder) importa. O indivíduo insere-se na família, na comunidade, na cidade, no estado, na região, no país e no mundo de acordo com a percepção do que é, do que pensa que é e do que os outros pensam dele. Estas são as assertivas antropológicas e sociológicas da disciplina Identidade e Cultura nas Relações Internacionais. E uma questão se faz necessária: se a identidade não importa, então por que identificamos orgulho na voz de quem se diz descendente de europeus. Sobrenomes espanhóis, italianos, alemães, portugueses, franceses e outros são sempre ostentados. O negro, por sua vez, não tem origem e isso também fez parte das técnicas de supressão identitária aplicadas pelos países imperialistas, como forma de diluir, senão extinguir qualquer tipo de manifestação de grupo.

Se a identidade de indivíduos, grupos, nações e etnias não importa, então não haveria problemas em se dividir o mundo como *pizza* (vide partilha da Ásia e, em especial, da China, entre alemães, ingleses, japoneses, etc.); capitânicas hereditárias (como no Brasil); faixas de domínio (África e Oriente Médio). A nossa visão, enquanto estudantes de Relações Internacionais, e por uma perspectiva construtivista, é diversa. Povos, tribos, etnias, nações, Estados e, por consequência, as sociedades, são formadas por pessoas. E, se há conflitos étnicos, religiosos, identitários e todos são políticos em essência, então faz-se necessário valorizar a construção de identidade de indivíduo, de gênero e de espécie (humana), porque dizem que raça é termo ultrapassado.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Murilo Quintans Ribeiro. **Mobilidade Humana no Litoral Brasileiro**: análise de isótopos de estrôncio no sambaqui do Forte Marechal Luz. Dissertação de Mestrado em Ciências na Área de Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=165946>. Acesso em: 11 nov. 2012.

BEERLI, Christine. **Violência contra a mulher em tempo de guerra**: Estados devem fazer mais para pôr um fim a isso. Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Declaração oficial. 02 nov. 2010. Christine Beerli, vice-presidente do CICV.

Bobbio, Norberto, 1909- **Dicionário de política** / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.). Vários Colaboradores. Obra em 2v.

EXALTAÇÃO, Edmeire. **Os Brasileiros Pardos e as Africanas Pretas**: Diferenças de Gênero entre Escravos no Rio de Janeiro, 1830-1850. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. 17 p. Monografia. (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, Adriana do Carmo. **Tópicos em Cultura**. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), 2012. 6.4 Gênero. Notas de Aula.

FREIRE, Gilberto. Prefácio. In: ____ **Casa Grande & Senzala**. 1. ed. Pernambuco, 1933. p. 29-63.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003. — (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil ; 1)

GENESTRA, Cinthia Bourget Fortes. A atuação dos escravos de ganho na organização da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. **Para entender a história...** ISSN 2179-4111. Ano 2, Volume jan., Série 11/01, 2011, p.01-11.

HERZ, MÔNICA. **Análise Cognitiva e Política Externa**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 16, nº 1, jan./jun 94, pp. 75 – 89.

KARASCH, Mary C. **Slave Life in Rio de Janeiro, 1808 1850**. Princeton: Princeton University Press, 1987. 422 páginas.

KOWERT; KUBÁLKOVÁ; ONUF. **International Relations in a Constructed World**. Editado por Venduka Kubalková, Nicholas Onuf e Paul Kowert. M.E. Sharpe. Armonk, New York; London, England. 1998.

LEITÃO, Míriam. **Na terra e no cais**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2012/05/13/na-terra-no-cais-444717.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

MIGNOLO, Walter. **La Idea de America Latina**: La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona, Gedisa, 2007.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de Interesses, Política do Desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**. Ano 9. Segundo semestre. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. **Histórias das Diferenças e das Desigualdades Revisitadas**: Notas sobre gênero, escravidão, raça e pós emancipação. Rio de Janeiro: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2008. 16 p.

PIMENTA, Tânia Salgado. Um guia da vida dos escravos no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde Vol.VIII (2)**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n2/a09v08n2.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2012.

PORTAL São Francisco. **Oswaldo Cruz**. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/osvaldo-cruz/osvaldo-cruz-1.php>>. Acesso em: 11 nov. 2012

PRAZERES, Maria. **Feminismo Negro**: a busca de uma reflexão teórica particularizada. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2001. 24 p. Monografia. (Curso de Especialização *Latu sensu* em Psicologia Jurídica) – Universidade Católica de Brasília.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Resenha de “Resenha de A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850” de Mary Karasch. **Revista Afro-Ásia**, número 25-26. Universidade Federal da Bahia. Bahia, Brasil, pp 421 – 425. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=77002612>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

VEIGA, Daniela. **Independências na América Latina**. Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). Belo Horizonte, set. 2012. Aula.

VILA, Ivonete Costa; CRUZ, Paulo Divino Ribeiro. **Revista África e Africanidades**- Ano 3 - n. 9, maio, 2010 - ISSN 1983-2354. Disponível em: <www.africaeaficanidades.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2012.